CONTRATO DE LOCAÇÃO

MARLI MARCHI GONÇALVES, brasileira, solteira, cabeleireira, inscrita no RG 2.158.728 e CPF 780.828.979-53, residente e domiciliado na Rua Cândido Pereira dos Anjos nº 519 - São João do Rio Vermelho - Florianópolis - SC, neste ato designado LOCADORA;

JULIO CESAR SPOLAVORI RIBEIRO, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, inscrito no RG 4052500495 - SSP - RS e CPF 557.517.170-15, residente e domiciliado na Servidão Netuno, 1990 - São João do Rio Vermelho - Florianópolis — SC, daqui por diante designado como **LOCATÁRIO**;

As Partes Acima Qualificadas Resolvem Contratar a Locação de uma Sala Comercial, Tendo Entre si Justos e Contratado o que Segue:

<u>Cláusula Primeira</u>: <u>OBJETO DE CONTRATO</u> - <u>Constitui objeto de contrato a concessão, em regime de locação comercial por parte da LOCADORA, ao LOCATÁRIO, Uma Sala Comercial, Situada a Rua Cândido Pereira dos Anjos, 519 - <u>São João do Rio Vermelho</u> - <u>Florianópolis</u> - <u>SC.</u></u>

Cláusula Segunda: PRAZO: O Prazo da Locação Será de 12 (Doze) Meses, Iniciando em 25 de Março de 2025, Término em 25 de Março de 2026, data em que o LOCATÁRIO, se obriga a devolver as chaves do imóvel locado, entregando-o nas condições de perfectibilidade como ora o recebeu, bem como conservado, devidamente pintado e limpo, fazendo por sua conta as substituições, consertos e reparos que se tornem necessários, independentemente de qualquer aviso de formalidade.

Cláusula Terceira: Referente ao reajuste do aluguel será de acordo com base na variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercados).

§Primeiro: O Locatário Deverá Pagar como Caução o Valor de R\$ 2.500,00, (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), QUE SERÃO PARCELADAS EM 09 VEZES, NO VALOR DE R\$ 277,77 (DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) CADA PARCELA, SENDO QUE A PRIMEIRA PARCELA DEVERÁ SER PAGA NO DIA 25/04/2025, E AS DEMAIS NOS MESES SEGUINTES, DIA 25 DE CADA MÊS, TERMINANDO EM 25/12/2025, Caução esse para caso na entrega do Imóvel (ou Término do Contrato), haja necessidade de reparos nas condições de perfectibilidade da Sala Locada.

§Segundo: Caso na entrega do imóvel ou término do contrato, não havendo necessidade de reparos no imóvel, e sendo entregue nas condições que recebeu, ou débitos pendentes por parte do LOCATÁRIO, o Valor do Caução será devolvido ao LOCATÁRIO.

Parágrafo Único: O LOCATÁRIO FICA CIENTE DESDE JÁ, CASO HAJA INTERESSE DE AMBAS AS PARTES PODERÁ TER RENOVAÇÃO DA LOCAÇÃO AO TÉRMINO DO CONTRATO, EM (25/03/2026).

Cláusula Quarta: VALOR DO ALUGUEL, FORMA DE PAGAMENTO E
ENCARGOS POR ATRASO: Fica ajustado que o (Primeiro Aluguel de Março de
2025, será pago no valor de R\$ 2.000,00 - Dois Mil Reais), e os Meses Seguintes o
Valor do Aluguel Será de R\$ 2.500,00 - (Dois Mil e Quinhentos Reais), o qual
deverão ser pagos pelo LOCATÁRIO até o dia 25 de cada mês, impreterivelmente,
diretamente com DEPÓSITO BANCÁRIO na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
AGÊNCIA 1011 OPERAÇÃO 001, CONTA CORRENTE Nº 598-4, Titular
(MARLI MARCHI GONÇALVES), OU PAGO EM MÃOS A PROPRIETÁRIA,
(VALOR EM ESPÉCIE DE R\$ 2.500,00).

<u>§Primeiro: Em 2025 o LOCATÁRIO não vai pagar IPTU e RESÍDUOS de LIXO, somente nos meses de 2026, da vigência do contrato começará a pagar.</u>

§Segundo: O LOCATÁRIO não poderá reter pagamento do aluguel mensal ou outros encargos decorrentes deste contrato, sob a alegação de não atendimento a suas eventuais exigências;

§Terceiro: A Falta de Pagamento do Aluguel no Prazo Determinado Autorizará a **LOCADORA** a Competente Ação do Despejo, Independentemente de Qualquer Aviso ou Notificação ao **LOCATÁRIO**;

§ Quarto: O recebimento do aluguel após o prazo previsto neste contrato não produzirá efeito quanto à modificação do prazo de pagamento, nem constituirá novação de dívidas, sendo mera tolerância por parte da LOCADORA, em não promover de imediato à ação de despejo, sujeito o LOCATÁRIO, no entanto, o pagamento de multa de 02% (DOIS POR CENTO) sobre o aluguel em atraso e demais encargos da locação, sempre que deixar de pagar até o 08º (OITAVO) dia da data do vencimento, além da correção monetária ou fração, sujeitando-se ainda, a possíveis despesas com cobrança administrativas e judiciais, inclusive honorários de 20% (VINTE POR CENTO), calculados sobre o valor do débito;

§ Quinto: Sendo à LOCADORA obrigada a recorrer aos meios Jurídicos, propondo ação de despejo por falta de pagamento ou mesmo em caso de <u>ação executiva</u>, aos LOCATÁRIOS, no purgar a mora, deverá pagar multa de 02% (DOIS POR CENTO) sobre tudo o que for devido, por um dos motivos elencados nos termos dos Artigos 62 e 9, Alínea B Lei 8.245/91, (Lei do Inquilinato);

<u>Cláusula Quinta: OUTRO ENCARGO AO LOCATÁRIO</u> – Além do Aluguel <u>Fixado na Cláusula Terceira Supra Citada Acima, se Compromete a Pagar em Mãos a</u> <u>LOCADORA</u>, o Valor em Espécie, da Taxa de Luz (Energia Elétrica), Taxa de ÁGUA, <u>Conforme Consumo Mensal,</u> (ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS), para assim como suas respectivas majorações, seu não pagamento na época determinada acarretará a rescisão do presente contrato.

Cláusula Sexta: DA TRANSPARÊNCIA OU SUBLOCAÇÃO - O Imóvel, Objeto do Presente Contrato, Destina-se Exclusivamente Comercial, Sendo

Terminantemente Proibido, Sob Pena de Despejo, a Sublocação, Cessão,

Transferência, Transformação do Imóvel de Comercial para Residencial ou Ramo de Atividade ou Sub-Rogação do Presente Contrato, no Todo ou em Parte, Salvo Consentimento Prévio e Por Escrito da LOCADORA.

<u>Cláusula Sétima: OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO</u> - Se obriga a zelar pelo imóvel locado, suas dependências, que a guarnecem e a conservá-los em perfeitas condições de higiene e segurança, mantendo em perfeito funcionamento suas instalações, custeando por sua exclusiva responsabilidade os reparos e consertos que o imóvel necessitar, na forma do artigo 23, inciso V, da lei 8.245/91, mantendo e conservando sempre limpo tudo que se relacionar com o imóvel locado.

- § Primeiro: Durante a locação A LOCADORA Não Fará no Imóvel Qualquer Obra, de Conserto ou Melhoramento, Ficando, outrossim, a Cargo do LOCATÁRIO todas as obras de conservação e manutenção o que mesmo vier a necessitar. Desta forma o LOCATÁRIO, declara ter recebido o imóvel nas condições descritas no documento. TERMOS DE VISTORIA, que contém a descrição pormenorizada das instalações do imóvel e utensílios que guarnecem, estado de conservação e habitabilidade, nos termos do (artigo 22, inciso V, da lei do inquilinato);
- § Segundo: O LOCATÁRIO, não poderá fazer no imóvel qualquer alteração ou modificação, quer útil ou necessária, e não poderá alegar retenção por benfeitorias que por ventura venha a fazer, nem pedir indenizações pelas mesmas, quais ficarão pertencendo a LOCADORA, podendo esta mandar tirá-las por conta do LOCATÁRIO se assim lhe convier;
- § Terceiro: O LOCATÁRIO, se obriga a fazerem chegar em mãos da LOCADORA ou de seu preposto, todas as intimações ou avisos de autoridades pública, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de responder por eventuais multas e prejuízos causados ao proprietário em consonância com (artigo 23, VII, da lei locatícia);
- § **Quarto:** A **LOCADORA** por si, poderá vistoriar, periodicamente, o imóvel locado a fim de antecedência, no caso do imóvel ser colocado à venda, o **LOCATÁRIO**, permitiram a visita dos interessados, podendo, entretanto, fixar um horário não inferior a 02 (Duas) horas diárias;
- **§ Quinto:** Finda a locação, o imóvel será devolvido nas mesmas condições em que o tenham recebido o **LOCATÁRIO**, procedendo-se vistoria, baseada no documento assinado quando da entrega das chaves (Termo de Vistoria), obrigando-se, se for o caso

a reparar o que estiver estragado, inclusive pintura, restaurar ou repor objetos e utensílios que guarnecem o que deverão estar nas mesmas condições em que foram entregues o **LOCATÁRIO**, bem como apresentar Quitação Total do Aluguel, da Luz (Energia Elétrica) e Taxa de Consumo de Água, ou Outras Taxas e Encargos de Sua Obrigação;

<u>Cláusula Oitava: OUTRAS DISPOSIÇÕES -</u> Por motivo de necessidade urgente de obras no prédio e tendo o LOCATÁRIA que desocupá-lo, o tempo de sua ausência será restituído.

§ Primeiro: A LOCADORA não se responsabilizará, de modo algum, pelos prejuízos que por ventura o LOCATÁRIO venha a sofrer decorrentes de incêndio, tempestade, inundações e outras formas de prejuízos, a que o LOCATÁRIO estará sujeito, devendo caso queira cobrir-se contra esses riscos, custear os seguros necessários;

§ Segundo: Em caso de desapropriação do imóvel, ficará automaticamente rescindida a locação e a LOCADORA isenta de qualquer responsabilidade perante ao LOCATÁRIO, que poderá agir contra o expropriador;

Cláusula Nona: <u>DO TÉRMINO DA LOCAÇÃO</u> - <u>Vencido o Prazo da Locação</u>
Avençado Neste Contrato, nos termos dos (artigos 46 e 56 da Lei do Inquilinato),

Deverá o <u>LOCATÁRIO</u> Desocupar o Imóvel, Independentemente de Qualquer

Notificação Judicial ou Extrajudicial, Sob Pena de Despejo, Caso não Houver Consenso de Renovação de Ambas as Partes Contratadas.

Cláusula Décima: A desocupação do imóvel por parte do LOCATÁRIO, antes do Término do prazo contratual importará no pagamento da multa equivalente a 03 (TRÊS) Aluguéis, sendo que a LOCADORA com antecedência mínima de 30 (TRINTA) dias. Na falta de aviso, será devida a multa correspondente a 03 (TRÊS) aluguéis vigentes.

Cláusula Décima Primeira: Terminando o presente contrato o LOCATÁRIO não poderá exigir luvas ou qualquer valor a título de fundo de comércio, visto que o mesmo pertence exclusivamente a LOCADORA.

Cláusula Décima Terceira: Fica eleito o foro desta comarca de Florianópolis - SC, para qualquer ação fundada no presente Contrato de Locação, em consonância com disposto na (Lei 8.245 de 13/10/1991), em duas vias de igual teor, na forma em um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis, 25 de Março de 2025.

LOCADORA: MARLI MARCHI GONÇALVES	
LOCATÁRIO: JUI	LIO CESAR SPOLAVORI RIBEIRO
TESTEMUNHA	
TESTEMUNHA	